



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 14/2014

----- Aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano dois mil e catorze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou o atraso do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida por motivos profissionais. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foram colocadas a discussão e votação as atas n.º 12/2014 e n.º 13/2014 referentes às reuniões ordinárias de 27 de junho e 11 de julho, respetivamente. -----

----- Aprovada a ata n.º 12/2014 por unanimidade dos presentes. -----

----- Aprovada a ata n.º 13/2014 por maioria dos presentes com duas abstenções. -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: quatrocentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e vinte e um euros e dezassete cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e oitenta e quatro mil, duzentos e noventa e sete euros e setenta e seis cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- **CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SUJEITOS A PARECER PRÉVIO – PERÍODO DE 1 A 31 DE MAIO – ORÇAMENTO DE ESTADO 2014**-----

----- **DESEMPREGO NO CONCELHO DE RIO MAIOR** -----

----- **APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO ORÇAMENTO DA SUASS – 2º TRIMESTRE 2014** -----

----- **RELATÓRIO E CONTAS 2013 – ÁGUAS DO OESTE** -----

----- **PROVIDÊNCIA CAUTELAR INTERPOSTA PELO MUNICÍPIO DE LISBOA PARA IMPEDIR A PRIVATIZAÇÃO DA EGF/VALORSUL** -----

----- **ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR - LISTA DOS PROJETOS PREMIADOS NOS ANOS LETIVOS 2012/2013 E 2013/2014** -----

----- **PROCESSO DE VISTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DAS ROTAS DOS VINHOS DE PORTUGAL (ARVP)** -----

----- **AUTO DE NOTÍCIA POR TRABALHOS DE REMODELAÇÃO DE PEDREIRA – PROCEDIMENTOS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir positivamente ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Escola Profissional de Rio Maior nos últimos dois anos e que nesta fase tão difícil que o ensino atravessa tem que ser valorizado, não pelas direções e a responsabilidade de cada um daqueles que compõem a escola, mas também dos técnicos, dos professores e acima de tudo dos alunos, como exemplo para todas as outras áreas e atividades e que esse reconhecimento pelo trabalho realizado lhes deve chegar. -----

----- Realçou ainda positivamente a coerência pela não privatização da EGF e a não passagem da procuração para a venda das ações. Considerou que se trata de uma luta difícil mas que saúda pela coerência dos municípios sendo certo que a união será uma das razões fundamentais para alterar esta política de privatização dos bens públicos. -----

----- Referiu-se ainda ao relatório do desemprego em Rio Maior dizendo que o que acontece é que este relatório não fala dos que perderam o direito a qualquer subsidio deixando de fazer parte das estatísticas, não fala dos que emigraram do concelho para fora do país e para outras regiões do país. Considerou que a política deste Governo é trabalhar os números até darem aquilo que querem que eles digam e a realidade é que o desemprego em Portugal continua a ter a terceira pior percentagem da Europa.-

----- Relativamente à pedreira e ao que está a acontecer fez notar a necessidade da autarquia e do executivo ter uma perspetiva mais preventiva mesmo que se trate de uma área privada através do Plano Diretor Municipal (PDM) ou outros instrumentos de gestão territorial da política de solos devendo haver nos próximos anos um olhar mais profundo destas questões. Reforçou que mesmo sendo um território privado, se ele tiver importância do ponto de vista do PDM provavelmente obrigará a outro tipo de políticas e chamou a atenção nesta questão da política preventiva porque considerou que estas situações podem vir a acontecer em outras áreas, também elas privadas, como por exemplo o Castro de São Martinho. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por fazer uma nota muito positiva a todo o trabalho que tem sido desenvolvido na Escola Profissional de Rio Maior, aos prémios que têm sido obtidos e ao esforço que tem sido feito na valorização dos alunos, dos professores e da internacionalização das equipas e da capacidade intelectual existente no município. ---

----- No âmbito do relatório apresentado sobre o desemprego afirmou que a desertificação é hoje uma realidade com a emigração de milhares de portugueses e classificou-a como uma tragédia social que progride e leva a degradação da força ativa do país, referindo que esses números não vêm refletidos no relatório. Apesar disso registou com agrado e satisfação a diminuição dos números do desemprego no concelho que reflete um trabalho desenvolvido com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e com o Centro de Negócios de Rio Maior e que pode trazer resultados por ser efetivamente um trabalho personalizado, o que num meio pequeno como Rio Maior é a forma mais eficaz de encontrar soluções. -----

----- Acerca da situação do areeiro disse que independentemente de se tratar de propriedade privada pode ser considerado como um valor comunitário, que é do município, ou seja um valor paisagístico, ambiental ou económico e que aquilo que deve ser percebido, analisado e comparado são os ganhos que se poderá ter duas soluções possíveis: os trabalhos que estão a ser efetuados pelo proprietário ou o que o município poderá ganhar em termos de visão do território, do terreno, urbanística, paisagística daquele espaço. Considerou que deve ser feita uma reflexão sobre qual é o entendimento sobre aquele espaço, se tem valor ambiental, patrimonial e se pode merecer no futuro outro tipo de tratamento e arranjo paisagístico, com todos os custos que isso envolve, e que nesse caso a Câmara terá que tomar medidas porque existe um valor supra individual e imaterial e que ultrapassa os limites da

propriedade privada. Afirmou que, em seu entender, a câmara deve olhar para o seu território e analisar se de facto, nestas situações, há um valor imaterial que ultrapassa a propriedade privada e se efetivamente aquele espaço reunir condições técnicas, geológicas, paisagísticas para que no futuro possa ser valorizado considerou que a câmara tem que tomar uma posição e agir de forma preventiva, tendo também em vista a valorização do eixo Rio Maior/Salinas, que é um eixo importante de valorização ambiental, desportiva, de estilos de vida saudável, independentemente daquilo que a lei prevê na defesa daquilo que é o interesse privado e económico. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Relativamente à lista dos projetos premiados nos anos letivos 2012/2013 e 2013/2014 da Escola Profissional de Rio Maior disse que embora todos eles tenham sido noticiados na comunicação social quando se vê a listagem é que se tem a noção da sua extensão da importância dos mesmos. Informou que entretanto foi ganho mais um prémio de ciência da Fundação Ilídio Pinto no valor de vinte mil euros e realçou que todos estes prémios prestigiam a escola, dá-lhe uma notoriedade que ultrapassa os limites do concelho de Rio Maior, que para além de ser já regional e nacional começa também a ter alguma notoriedade internacional. Realçou todo o empenho e dedicação dos professores e dos alunos nestes projetos imprescindível para atingir este nível de qualidade. -----

----- Quanto à questão do areeiro disse que aquilo que no momento mais o preocupa é o cumprimento da lei e considerou que a câmara está a fazer aquilo que deve para que seja reposta a legalidade e que no que respeita ao valor que o local possa ter em termos de património essa é uma situação que pode ser analisada, enquadrada legalmente e verificadas se condições reais para a realização de qualquer ação no local. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por ler o último documento enviado à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo acerca do assunto (anexo 1). Informou que a câmara tudo tem feito para cumprimento da lei desde que se iniciaram os trabalhos sem que para isso fosse necessário alguém a induzir a isso. Referiu ainda que quando se fala de medidas preventivas relativamente ao local lembrou que desde sempre, e particularmente desde a aprovação do Plano Diretor Municipal (PDM) em 1995, aquela zona foi considerada de risco e, por isso, defendida não se

permitindo, inclusive, qualquer ação de edificação e que quando no Plano Estratégico se voltou a reforçar a importância dos espaços foi no sentido de reforçar aquilo que já estava contemplado em PDM para salvaguarda da zona. Continuou dizendo que estamos perante uma exploração de inertes desativada desde 2007, deixando de ser aplicável o plano ambiental de recuperação paisagística e devem ser seguidos os pressupostos implícitos em PDM, só que se tratando de propriedade privada a despesa com o Plano de Pormenor previsto deverá ser do proprietário e não à autarquia, e que se este mostrar vontade na elaboração de um plano de pormenor para a zona a suas expensas, a câmara estará disponível para a elaboração do mesmo. Esclareceu ainda que o que se tem falado acerca do facto de os bombeiros ficarem sem sitio para ir buscar água não corresponde à verdade porque aqueles lagos não fazem sequer parte da rede de apoio da proteção civil como acontece com os lagos da Sibelco e da Sifucel. No que se refere aos comentários que têm sido feitos de que o aterro daqueles lagos iria ter influência direta no leito de cheia da ribeira de S. Gregório e que sem a existência daquelas lagoas nunca teria sido possível construir a parte nova da cidade considerou que este tipo de noticia só causam falsos problemas e que os riomaiorenses merecem todo o respeito e as coisas devem ser tratadas com seriedade, sendo isto válido para todos aqueles que o têm feito como “Os Verdes” e o Movimento Cívico “Ar Puro”. Concluiu dizendo que a câmara tem seguido todos os trâmites legais e informou todas as entidades com competência na matéria. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Acerca da situação do areeiro disse haver muita especulação e pediu a todos os que estão informados e que têm responsabilidades que não alimentem falsas questões e que o mesmo movimento cívico que veio questionar a primeira vez, em maio, os trabalhos com a preparação do troféu Yamaha, vem agora defender o local como referência naquele troféu. Reforçou que neste processo está a ser cumprida a legislação aplicável e que todo o ruído que tem sido feito acerca deste assunto é prejudicial, dizendo ainda que quando se levantam questões como a realização de expropriação deve ter-se em atenção duas fatores determinantes: o interesse público e os meios financeiros. Concluiu dizendo que o proprietário errou ao fazer os trabalhos sem o respetivo licenciamento e que a situação segue agora a normas legais aplicáveis a este tipo de situação. -----

----- Sobre a questão do desemprego disse que efetivamente o relatório não espelha os números da emigração, aqueles que se encontram em cursos de formação e os que se encontram integrados em programas do IEFPP. No entanto considerou que

todos esforços que foram feitos para que estas pessoas tenham ocupação e formação são determinantes para a sua futura colocação e inserção no meio laboral. -----

----- Por fim apresentou um Voto de Congratulação à Escola Profissional de Rio Maior, que leu (anexo 2). -----

----- (O Vereador João António Lopes Cadoso ausentou-se da sala durante a votação por estar impedido de votar.) -----

----- Colocado a votação, o Voto de Congratulação foi **aprovado por unanimidade** dos presentes. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referindo-se ainda aos areeiros disse haver a parte administrativa que a câmara tem acompanhado, a parte da infração por parte do proprietário, mas que para além disso há a necessidade de aprofundar e estudar a questão da fileira geológica no concelho e estudar esta fileira na revisão do PDM pela importância que esta tem. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Solicitou que ficasse registado em ata a entrega de um galhardete com o emblema da Cidade de Rio Maior no gabinete da oposição. -----

----- Registou que não lhe foi ainda entregue cópia do documento do convite do União Desportiva de Rio Maior e que tem necessidade de responder. -----

----- Questionou quais os desenvolvimentos em relação à saúde e ao funcionamento do centro de saúde durante o mês de agosto. -----

----- Por fim referiu-se ao facto de a partir de 1 de setembro deixar de existir comarca com a configuração que hoje existe, dando eco à política do Governo de desqualificação dos territórios, as instituições e os pilares mais importantes, como é o caso da justiça, estarem cada vez mais longe dos cidadãos. Realçou que o Tribunal de Rio Maior a partir de 1 de setembro passará a ser uma instância local e que transformar duzentos e trinta e oito comarcas em pouco mais de vinte e três é uma perda significativa para o concelho de Rio Maior e, em seu entender para o país. Disse ainda que tendo a Assembleia Municipal tomado uma posição sobre o assunto e contra o mapa judiciário na sessão de 28 de abril e que esta situação vai encarecer e dificultar a justiça, questionou o que é que o executivo pode fazer no sentido de manifestar ao Governo e às autoridades competentes o seu descontentamento, não só a nível da CIMLT mas também ao nível dos órgãos autárquicos, porque há que dar a saber que aquilo que se está a fazer não corresponde às necessidades do nosso território e a justiça é estruturante para a democracia e para o desenvolvimento económico local. Informou ainda que irá realizar-se uma tribuna pública no dia 30 de

julho à porta do tribunal com todas as pessoas interessadas no tema, advogados, solicitadores, etc., e considerou que os autarcas também deveriam estar presentes. ---

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Deu conhecimento da deslocação à Direção Geral de Agrupamentos de Ensino e que em reunião com o Subdelegado Regional foi acordada a remoção da cobertura da Escola Fernando Casimiro Pereira da Silva, tendo-se já iniciado os procedimentos conducentes à adjudicação da obra e que se tudo correr como previsto no próximo ano letivo já estará colocada a nova cobertura. -----

----- Informou ainda que continuam os trabalhos de colocação da sinalética direcional na cidade estando praticamente concluídos os previstos para o centro. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Deu conhecimento da ocorrência de um rebentamento pela manhã mas que se encontra controlado e que informou que irá ser colocada a funcionamento a estação elevatória de Vale de Óbidos. -----

----- Disse ainda que irá ser assinado o contrato para a execução do muro na EN 1 à saída da Asseiceira onde houve o abatimento para a obra ficar concluída e que irá também ser concluída mais uma ligação de reforço de água à cidade entre o Parque de Negócios e a Zona Industrial, o que com esta ligação só em situações extremas a cidade irá ficar sem água. -----

----- Quanto às obras da rede viária, 4ª fase, estão em vias de conclusão, estando em falta apenas obras de acabamento como pinturas, assim como nos Casais Monizes ficará concluída a obra de pavimentação com uma nova rotunda cuja finalidade é diminuir os problemas que lá ocorriam. -----

----- Relativamente a Malaqueijo informou que já está ligado o novo abastecimento da Águas do Oeste. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou por dizer que os problemas da saúde no concelho de Rio Maior preocupa todos e pela qual tudo se tem feito no sentido de se perceber o seu desenvolvimento, sabendo porém que este é um órgão executivo onde se podem resolver os assuntos para o qual é competente e o assunto da saúde não é um deles. Realçou que a discussão exaustiva do assunto da saúde neste órgão e as questões que são colocadas sobre aquilo que se irá passar não terão resposta porque se trata de uma matéria na qual a câmara não tem competência para decidir. Salientou que tudo aquilo que é possível fazer tem vindo a ser feito mas que a resolução dos problemas não passa pela gestão e decisão da Câmara Municipal. -----

----- Quanto à situação do tribunal referiu que todos estão também empenhados e que o envolvimento do executivo está atente na posição da CIMLT em relação ao assunto assim como na deliberação tomada na Assembleia Municipal que foi encaminhada para os órgãos competentes. Disse que qualquer proposta ou sugestão que possa contribuir para o desenvolvimento desta situação e também da questão da saúde, é bem-vinda. -----

----- (O Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida entrou na sala no início da intervenção anterior e a Presidente da Câmara deu-lhe a palavra para intervir.) -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir ao processo de aterro dos areiros e chamar a atenção de que a câmara deve continuar a acompanhar este processo, a pressionar as entidades competentes porque se começa já a perceber um “empurrar” entre o Ministério da Economia e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT) como se verifica na documentação. Mais disse que alguém não está a fazer o que deve fazer porque a legislação é clara, quando dispõe que independentemente do areeiro não estar a funcionar e ter chegado ao limite do seu licenciamento, com a cessação da atividade não cessam as responsabilidades do explorador ou de quem o substitui. Continuou dizendo que quem continua a tutelar esta exploração, ainda que acabada, é a Maioril e que esta empresa só existe juridicamente exatamente porque este problema está por resolver. Pediu que a câmara se empenhasse no sentido de pressionar as duas entidades, o Ministério da Economia e a CCDRLVT para que haja entendimento porque a pedreira tinha um plano de exploração e um plano de recuperação e que alguém terá que ser responsável por este último, sendo neste caso, em seu entender, a Maioril que juridicamente ainda existe para o efeito e que, agora tem que o fazer convenientemente. Acrescentou ainda que em 2007 existiu de facto a hipótese de não haver aterro e sim uma recuperação para outros fins com fundos comunitários e que poder-se-ia ter caminhado para uma parceria entre os proprietários, a câmara municipal, a administração central, mas os fundos comunitários não chegaram e a ideia não passou de uma intenção, e que como tal terá que ser feita a recuperação daquele espaço de forma conveniente e acompanhado por alguém responsável. Concluiu dizendo que se trata de uma área extremamente sensível, do aterro de águas, mexendo com o nível freático e que pode por em questão ou em risco a bacia hidrográfica que influencia cinquenta e um concelhos, para além do concelho de Rio Maior, e que por isso é uma questão ambiental muito complicada, que deve ser muito

bem acompanhada. Disse não ficar chocado com a solução do aterro desde que este seja acompanhado por alguém com competência para o efeito, acautelando o tipo de aterro é que é feito e que tipo de materiais vão lidar com o nível freático. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- (O Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto ausentou-se neste momento da reunião.) --

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO N.º 30/2014, DE 17 DE JUNHO – CERTIDÃO DE VIABILIDADE CONSTRUTIVA DE PRÉDIO SITO EM ABUM NA FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME DE LUÍS JOSÉ MARCELINO HENRIQUES** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 30/2014, exarado pelo Vice-Presidente da Câmara, no dia 17 de junho do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou a emissão da certidão de viabilidade construtiva para efeitos de IMI, onde conste que para a parcela destacada inscrita na matriz rústica sob o artigo 68/secção AX existe viabilidade construtiva. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **DESPACHO N.º 41/2014, DE 16 DE JULHO – EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA EFEITOS DE LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 41/2014, exarado pelo Vice-Presidente da Câmara, no dia 16 de julho do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou a emissão da autorização prévia para efeitos de lançamento de fogo-de-artifício nos dias 18, 19, 20, 21 e 22 de julho de 2014 na Freguesia de Alcobertas condicionada ao parecer técnico emitido. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO II – 26º TORNEIO DE ATLETISMO DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE RIO MAIOR - PAGAMENTO ÀS ENTIDADES ORGANIZADORAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar o apoio financeiro

no valor de 1 800,00€ (mil e oitocentos euros) e respetiva transferência às entidades e associações que organizaram o evento. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável mas chamou à atenção de que o valor de duzentos euros nem sequer dá para comprar as lembranças e o lanche para os atletas. Considerou que esta é uma situação que deve ser prevista no próximo orçamento numa perspectiva de criar um novo ciclo de atletismo em Rio Maior e acrescentou ainda que é necessária uma reflexão profunda relativamente à dinamização do atletismo no nosso concelho, no qual a câmara tem tido sempre um papel muito importante. Salientou a importância destes estímulos para que em cada freguesia se possa continuar, não só a ter a prova, mas também a ter elementos de participação com o objetivo de esta não ser apenas a cidade do desporto mas sim o concelho do desporto. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO III - CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO SITO EM ESTRANGEIRO NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE OUTEIRO DA CORTIÇADA E ARRUDA DOS PISÕES EM NOME DE SANDRA AZENHA, SOLICITADORA - LICENCIADA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido, desde que daí, no que respeita a loteamento e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IV - CERTIDÃO DE VIABILIDADE CONSTRUTIVA DE PRÉDIO SITO EM PIMENTEIRA, PÉ DA SERRA NA FREGUESIA DE RIO MAIOR EM NOME DE ARTUR COLAÇO DOS SANTOS** ----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que o prédio inscrito na matriz urbana sob o artigo 7941, se situa no interior do perímetro do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros – PNSAC e possui condicionantes de Reserva Ecológica Nacional – REN, sendo que qualquer ação de edificação terá que ser submetida primeiramente a apreciação destas duas entidades. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO V - TASQUINHAS 2014 – TRANSFERÊNCIAS DE VERBAS A ENTIDADES DIVERSAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar o apoio financeiro no valor total de 17 143,50€ (dezassete mil cento e quarenta e três euros e cinquenta cêntimos) e respetiva transferência para as entidades que estiveram presentes no certame conforme mapa anexo à proposta (anexo 3). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Informou que não poderia votar o ponto por pertencer a uma das coletividades visadas e destacou a importância deste certame para o movimento associativo. Registou com agrado a diminuição no tempo de pagamento e salientou que esta é a lógica que se deve replicar em outros setores, pelo movimento que envolve e por ser um elemento indutor para a economia local, particularmente para o comércio e para os produtores de proximidade. Terminou dizendo que exemplo deve servir de reflexão não só para as feiras mas também para as dinâmicas com outros setores. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Interveio para referir que o valor que hoje se está a deliberar é exatamente a verba indicada para as transferências no relatório das Tasquinhas 2014 apresentado em junho. -----

----- (O Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo ausentou-se da sala durante a votação por estar impedido de votar.) -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VI – DOAÇÃO DE ESPÓLIO BIBLIOGRÁFICO À CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR PARA INTEGRAR O ACERVO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aceitar as doações de espólio bibliográfico discriminadas nas listas em anexo, para integrar o acervo da Biblioteca Municipal (anexo 4). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que se trata de uma situação sobre a qual já tinha falado na última reunião de câmara e que agora vem para deliberação com a discriminação de todo o espólio para eventual aceitação. Disse ainda que o espólio é de bastante valor que vai ser de grande utilidade os frequentadores da Biblioteca Municipal. -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Considerou que esta doação deve ser um exemplo a seguir e que é a melhor maneira de fazer perdurar o trabalho da Professora Maria Alice Esteves. Relevou que devem ser criadas condições para que o seu exemplo frutifique e que a generosidade e a lucidez com que foi encontrada uma solução para o seu património devia ser, no concelho, divulgada e incentivada, porque existem pessoas com espólios notáveis que podem ser colocados ao serviço das pessoas. Reforçou que gostava que o executivo fizesse chegar à família a intenção de salvaguarda definitiva do seu nome em relação à terra que a acolheu e quem ela tanto deu quer como profissional quer como cidadã. -

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Considerou que deve ser comunicado à família o reconhecimento agradecido por esta doação e concorda que estes exemplos devam ser seguidos por muitos mais e que nisso a Câmara poderá dar o seu contributo. Nesse sentido sugeriu que todo o espólio fosse identificado como sendo oferta de Maria Alice Esteves, Professora. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- (O Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto voltou à reunião neste momento.) -----

----- **PONTO VII – AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE PUBLICIDADE EM NOME DE RESULTA - PUBLICIDADE, LDA - ESTRADA NACIONAL 114** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é o deferimento do pedido e a emissão do respetivo título até 31 de dezembro, condicionando às condições impostas pelas Estradas de Portugal, S.A. e que a respetiva licença poderá não vir a ser renovada, caso não se conforme com o plano de publicidade que fará parte integrante do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público de Rio Maior, que se encontra em fase de elaboração. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- **PONTO VIII – AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE PUBLICIDADE EM NOME DE RESULTA - PUBLICIDADE, LDA – CRUZAMENTO DA AVENIDA DE PORTUGAL/RUA PROFESSORA CAROLINA AMÁLIA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é o deferimento do pedido e a emissão do respetivo título até 31 de dezembro, condicionando às condições impostas pelas Estradas de Portugal, S.A. e que a respetiva licença poderá não vir a ser renovada, caso não se conforme com o plano de publicidade que fará parte

integrante do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público de Rio Maior, que se encontra em fase de elaboração. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IX – AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE PUBLICIDADE EM PLACA EM NOME DE MARIA TERESA FRANCISCO FERNANDES – RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é o deferimento do pedido e a emissão do respetivo título até 31 de dezembro, condicionando às condições impostas pelas Estradas de Portugal, S.A. e que a respetiva licença poderá não vir a ser renovada, caso não se conforme com o plano de publicidade que fará parte integrante do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público de Rio Maior, que se encontra em fase de elaboração. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO X – AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE PUBLICIDADE EM NOME DE ENIF - EMPRESA NORTENHA DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO, LDA. – CRUZAMENTO DA AVENIDA DOS COMBATENTES COM A AVENIDA 13 DE JULHO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é o deferimento do pedido e a emissão do respetivo título até 31 de dezembro, condicionando às condições impostas pelas Estradas de Portugal, S.A. e que a respetiva licença poderá não vir a ser renovada, caso não se conforme com o plano de publicidade que fará parte integrante do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público de Rio Maior, que se encontra em fase de elaboração. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XI – AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE PUBLICIDADE EM NOME DE ENIF - EMPRESA NORTENHA DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO, LDA. – AVENIDA DR. MÁRIO SOARES** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é o deferimento do pedido e a emissão do respetivo título até 31 de dezembro, condicionando às condições impostas pelas Estradas de Portugal, S.A. e que a respetiva licença poderá não vir a

ser renovada, caso não se conforme com o plano de publicidade que fará parte integrante do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público de Rio Maior, que se encontra em fase de elaboração. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XII – AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE PUBLICIDADE EM NOME DE ENIF - EMPRESA NORTENHA DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO, LDA. – AVENIDA DE PORTUGAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é o deferimento do pedido e a emissão do respetivo título até 31 de dezembro, condicionando às condições impostas pelas Estradas de Portugal, S.A. e que a respetiva licença poderá não vir a ser renovada, caso não se conforme com o plano de publicidade que fará parte integrante do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público de Rio Maior, que se encontra em fase de elaboração. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XIII – AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE PUBLICIDADE EM NOME DE ENIF - EMPRESA NORTENHA DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO, LDA. – ESTRADA DAS MARINHAS DO SAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é o deferimento do pedido e a emissão do respetivo título até 31 de dezembro, condicionando às condições impostas pelas Estradas de Portugal, S.A. e que a respetiva licença poderá não vir a ser renovada, caso não se conforme com o plano de publicidade que fará parte integrante do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público de Rio Maior, que se encontra em fase de elaboração. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XIV – AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE PUBLICIDADE EM NOME DE ENIF - EMPRESA NORTENHA DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO, LDA. – ROTUNDA: CRUZAMENTO AVENIDA DR. JOÃO CALADO DA MAIA /AVENIDA DR. MÁRIO SOARES** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é o deferimento do pedido e

a emissão do respetivo título até 31 de dezembro, condicionando às condições impostas pelas Estradas de Portugal, S.A. e que a respetiva licença poderá não vir a ser renovada, caso não se conforme com o plano de publicidade que fará parte integrante do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público de Rio Maior, que se encontra em fase de elaboração. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XV – AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE PUBLICIDADE EM NOME DE ENIF - EMPRESA NORTENHA DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO, LDA. – PRAÇA FRANCISCO SÁ CARNEIRO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é o deferimento do pedido e a emissão do respetivo título até 31 de dezembro, condicionando às condições impostas pelas Estradas de Portugal, S.A. e que a respetiva licença poderá não vir a ser renovada, caso não se conforme com o plano de publicidade que fará parte integrante do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público de Rio Maior, que se encontra em fase de elaboração. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XVI – AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE PUBLICIDADE EM NOME DE ENIF - EMPRESA NORTENHA DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO, LDA. – ROTUNDA DO GATO PRETO/BOMBEIROS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é o deferimento do pedido e a emissão do respetivo título até 31 de dezembro, condicionando às condições impostas pelas Estradas de Portugal, S.A. e que a respetiva licença poderá não vir a ser renovada, caso não se conforme com o plano de publicidade que fará parte integrante do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público de Rio Maior, que se encontra em fase de elaboração. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XVII – AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE PUBLICIDADE EM VIATURA EM NOME ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é o deferimento do pedido e a emissão do respetivo título. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XVIII – AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE PUBLICIDADE EM NOME DE ENIF - EMPRESA NORTENHA DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO, LDA.- CRUZAMENTO DA AVENIDA 13 DE JULHO/ESTRADA NACIONAL 114** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é o deferimento do pedido e a emissão do respetivo título até 31 de dezembro, condicionando ao facto de que a respetiva licença poderá vir a não ser renovada, caso não se conforme com o plano de publicidade que fará parte integrante do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público de Rio Maior, que se encontra em fase de elaboração. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IXX – AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE PUBLICIDADE EM PAINEL EM NOME DE MARIA TERESA FRANCISCO FERNANDES - FREIRIA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é o deferimento do pedido e a emissão do respetivo título até 31 de dezembro, condicionando ao facto de que a respetiva licença poderá vir a não ser renovada, caso não se conforme com o plano de publicidade que fará parte integrante do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público de Rio Maior, que se encontra em fase de elaboração. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XX – AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE PUBLICIDADE EM NOME COMUMSPACE, LDA - ROTUNDA SÁ CARNEIRO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é o deferimento do pedido e a emissão do respetivo título até 31 de dezembro, condicionando ao facto de que a respetiva licença poderá vir a não ser renovada, caso não se conforme com o plano de

publicidade que fará parte integrante do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público de Rio Maior, que se encontra em fase de elaboração. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XXI – AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE PUBLICIDADE EM VIATURA EM NOME CARLOS MANUEL DA ROSA PEREIRA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é o deferimento do pedido e a emissão do respetivo título. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XXII – NOMEAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a proposta de constituição da Comissão Municipal de Toponímia e designar para o efeito os elementos indicados no anexo à informação em apreço (anexo 5). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Saudou a constituição da comissão de toponímia não só para os números de polícia mas também para os nomes a atribuir de forma a resolver alguns casos pendentes, e referiu que uma das questões que tem sido levantada na Assembleia Municipal com alguma insistência a questão do Pé da Serra e que não vem indicado nenhum nome de um cidadão daquela localidade. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Esclareceu que os dois nomes apresentados para a comissão dizem respeito à localidades referidas na proposta porque ficou decidido, de acordo com o regimento, que a atribuição dos topónimos deviam incluir pessoas das próprias localidades. Quanto ao Pé da Serra e à atribuição dos números de polícia informou que se encontram em fase de conclusão as localidades de Marinhas do Sal e de Fonte da Bica e que já há propostas de nomes mas não foi ainda pedido à junta de freguesia que indicasse os representantes para aquelas localidades. -----

----- (A Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo ausentou-se da sala durante a votação por estar impedida de votar.) -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Interveio para fazer referência ao facto de estarem a terminar os programas de estágio de vários técnicos que estiveram em funções na câmara municipal em diversas áreas e para aqueles que diretamente trabalharam com o próprio deixou um voto de agradecimento pelo trabalho desenvolvido em particular aos engenheiros civis João Miguel Figueiredo e Silva, Marta da Silva Fragoso e Joana Filipa da Silva Custódio. Disse ainda que este voto é extensível a todos aqueles que colaboraram com câmara municipal durante esse tempo. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Todas as intervenções do público foram transcritas na íntegra. -----

----- **SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS – RIO MAIOR** -----

----- “ Senhora Presidente, Senhores Vereadores, público a assistir, os meus cumprimentos. -----

----- Senhora Presidente, eu prometi, não sei se foi a mim mesmo ou se foi a alguém, que não deixaria este assunto, sobre o processo oito de dois mil e dez, sem que realmente visse alguma conclusão e a conclusão deste assunto não passa por uma questão administrativa mas sim pela execução dos trabalhos. Senhora Presidente, Senhores Vereadores, faz este mês quatro anos que eu estou envolvido neste processo. Durante todo este tempo nunca observei qualquer atitude de pressão ou de força do executivo camarário para com os promotores do referido processo, no sentido de cumprirem as obrigações que estão registadas tanto no processo como em escrituras públicas. Apesar de tudo o que o que desenvolvi até chegar a condições para acordo final, verifico que a argumentação camarária continua como se fosse minha a obrigação de executar tais contrapartidas. Senhora Presidente, quer que eu faça prova do acordo. Além da informação que eu prestei à câmara, exigi a disponibilização e disponibilizei-me para uma esclarecimento. Pergunto: quem é que não apareceu? Quem é que está em falta no processo? A quem é que foi exigida as contrapartidas? Os executivos que a Senhora presidiu e preside tudo têm feito para que estes promotores continuem a não executar o que é devido ao município. Quero aqui excluir o trabalho e as posições tomadas pelos vereadores do Partido Socialista no mandato anterior. Se estes promotores fossem de Rio Maior, a exemplo de casos

anteriores, e por razões menores, a câmara já tinha feito tudo o que estava ao seu alcance até que eles acabem por sucumbir, mas aqui estamos na presença de um fundo financeiro, que além de fugir às responsabilidades públicas com a cumplicidade da câmara, executou aquele empreendimento sem que quem lá trabalhou recebesse o que lhe é devido. Isto é o exemplo perfeito do que acontece pelo país fora quando a corrupção paira sobre os poderes políticos e financeiros. Senhora Presidente e Senhores Vereadores, ao permitirem que este processo se arraste com a falsa argumentação sobre o proprietário do terreno, estão a ser cúmplices de ligações perigosas entre os interesses políticos e financeiros tanta vez criticados nesta casa quando estas ligações vêm do poder central e verificamos que não é preciso ir a Lisboa porque em Rio Maior também existem. Solicito mais uma vez que tenham a coragem, de uma forma clara, aberta e com alguma justiça, de exigir que seja devolvida a Rio Maior, Rio Maior tem direito de a obter para que este processo não seja referido nesta casa como exemplo de corrupção que existe no país. Senhora Presidente e Senhores Vereadores, está entendido e desde o início que os promotores nunca tiveram a vontade de executar aquela obra e há aqui vereadores que têm perfeito conhecimento deste processo. Ao fim de quatro anos o que impede a câmara de executar a garantia bancária e sujeitar os promotores a penalizações inerentes à sua falta para com o município? Sobre este assunto, por agora, é tudo. -----

----- Senhora Presidente, gostava de ter aqui uma referência sobre os números de polícia na Fonte da Bica. Não é a questão dos números em si, mas é sobre a resposta que me foi dada na última intervenção que eu aqui estive. A resposta não foi dada pelo executivo, muito menos neste local onde tudo pode ser confirmado, a resposta foi-me dada à saída daquela porta por um funcionário que mais parecia um capanga do regime, ou um monge de um mosteiro, do que propriamente dar-me informação sobre aquilo que realmente eu tinha aqui colocado. A atitude daquele funcionário, que eu nomeio aqui, o Senhor Mário Fróis, não é admissível e não pode representar a forma de trabalhar dos funcionários da câmara. Eu sei que não representa mas o que foi ali dito foi muito triste. É inibir as pessoas de virem aqui colocar os problemas e as razões, podem ser colocadas de uma forma, às vezes, mal entendida mas aquilo não é forma de explicar às pessoas as razões do município. Deixo esta nota, a Senhora Presidente assistiu um pouco à conversa, agradeço a sua compreensão de ir ali pedir desculpa por não ter respondido à questão, mas eu não podia deixar passar esta situação em vão. Este funcionário deve ser avisado, este funcionário não pode repetir aqueles atos. A mim não me intimidam, eu vim aqui dizer aquilo que entendo, sou

responsável por aquilo que eu digo e por isso eu peço sempre que as minhas intervenções fiquem gravadas para que não hajam dúvidas daquilo que eu possa dizer. Obrigada Senhora Presidente.” -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- “ Sobre a questão do processo oito de dois mil e dez não me vou referir neste momento, até porque vou aguardar pela ata estar redigida para poder, de outra forma poder, analisar o que foi dito. -----

----- Sobre a questão que coloca do colaborador, funcionário desta autarquia Mário Fróis, foi à saída da reunião de câmara, não sou responsável pela forma, nem pelo tom com que os meus funcionários ou colaboradores desta autarquia se dirigem aos munícipes, e para que fique esclarecido a forma que ele, deduzo, que não esteja no âmbito nem da competência dele de impedir qualquer munícipe de vir à reunião de câmara expor os seus assuntos, a abordagem que ele fez foi no sentido de o questionar porque é que veio para a reunião de câmara na intervenção do público com esta questão sabendo que tem fácil acesso à pessoa dele, o Nuno tem fácil acesso, e inclusive que se cruzaram quando andaram a colocar os números no lugar da Fonte da Bica, onde o Nuno mora, e que se encontraram e não o abordou e não lhe fez nenhum reparo, nem nenhuma referência, porque é que tinha que vir para a reunião de câmara fazê-lo. Mas pronto, era só dar este esclarecimento no sentido de que sendo uma questão técnica entendo o nosso colaborador, e eu aqui faço a defesa dos meus funcionários e dos nossos colaboradores, no cumprimento das suas funções, das suas tarefas e do seu trabalho, entendendo ele que fez, que aplicou o regulamento dos números de polícia da melhor forma possível, indignou-se com a forma como o fez aqui na reunião de câmara, por um lado, e por outro lado por ter vindo para a reunião de câmara com este assunto, repito, porque é que não o abordou quando ele estava no terreno em pleno ato da colocação dos números. Registo também e darei conhecimento da sua intervenção ao funcionário em causa.” -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- “Senhora Presidente obrigado por me dar a palavra, tem a ver com a primeira intervenção do munícipe Nuno Lucas e dizer que isto é uma prioridade do executivo, por aquilo que me foi dito, e que o interesse municipal será garantido. Eu julgo é que é de muita gravidade algumas afirmações que foram feitas pelo que da nossa parte deve haver a maior acutilância para a resolução rápida deste problema porque eu não estou para ser, nem o executivo, para ser muitas vezes citado desta forma. Portanto, nessa perspectiva, e de acordo com a reunião que tivemos prévia, quer com o Senhor Vice-Presidente quem com o Vereador Carlos Nazaré, foi assumida a resolução dentro da

brevidade possível mas com a maior urgência e prioridade. Eu julgo que não dignifica nenhuma das partes esta situação.” -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- “Ouvi com atenção o que disse o Senhor Nuno Lucas, repudio o tipo de intervenção que fez, como é óbvio, penso que, na minha opinião enquanto riomaiorense, enquanto eleito e enquanto cidadão, estou profundamente triste com aquilo que foi dito e penso que após a aprovação da ata, eu, em meu nome pessoal, irei tomar as atitudes que entenda corretas porque o meu nome, e falo por mim, penso que os meus colegas também, não temos que sistematicamente ser enxovalhados por tudo aquilo que quer dizer. Relativamente à situação que falou o meu colega Augusto Figueiredo, sobre a reunião, contrariamente aquilo que possa pensar o assunto não tem estado parado e o executivo, quando digo executivo alguns membros do executivo, neste caso a maioria e parte da oposição, já tivemos reuniões em que o assunto foi abordado. Portanto quem define os timings, como deve calcular, é o executivo não é o Senhor.” -----

----- **SENHOR JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA – VALE DE ÓBIDOS – RIO MAIOR** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- “Era para não intervir mas ao longo da sessão houve duas questões que me motivaram, mas uma delas, a primeira, e esta a algum tempo a esta parte sinto vontade de tocar nela, portanto, ou seja, eu devo para com a Senhora Presidente, neste caso em concreto digo a Senhora Presidente, pelo seguinte, devo este reconhecimento pelo seguinte: eu não poso precisar o ano que decorria, era a Senhora Presidente na altura Presidente de Junta de Rio Maior e eu era membro da Assembleia, e porque há um bocadinho o Dr. Carlos Frazão referiu a pintura junto à rotunda do rio da ponte, saltou-me à memória o reconhecimento desta questão, ou seja, quero felicitar o executivo, na pessoa da Senhora Presidente, por a realização, já o devia ter feito há seis meses a esta parte, pela realização, portanto, da passadeira que serve a travessia de acesso ao cemitério. Era uma luta também da Senhora Presidente enquanto Presidente da Junta de Freguesia, passou um executivo mas no início do segundo executivo, digamos assim, conseguiu-se, portanto, este feito. Quero aqui reconhecer publicamente que às vezes as coisas levam tempo mas, na realidade, fazem-se. -----

----- Uma outra questão, porque é tema e eu estou aqui, não sou um conhecedor da lei, mas estou aqui seguramente muito tranquilo e muito à vontade em relação ao tema areeiros. Eu quero dizer aqui o seguinte, areeiros, que no fundo a gente dizemos areeiros, mas aquilo, na legislação, são pedreiras, quero dizer o seguinte na minha

modesta opinião. Primeira questão, se me permitem, primeira questão; aquilo não são nenhuma lagoas que no futuro, a curto, médio ou longo prazo, possam vir a ter a verdadeira paisagem, portanto, de acordo com a lei existente, há uma que está licenciada e que está digamos, pode ser já no tempo dos meus bisnetos, porque felizmente a nossa jazida prevê duzentos anos de extração de areias sílicas, o que são muitos anos, prevê isso, mas é de facto o areeiro da Sibelco, esse sim, quando terminar a sua execução terá o cumprimento rigoroso daquilo que a lei determina, que é, digamos, termos ali a fauna e a flora e com um lago apetecível para todos nós. O que eu queria lembrar, e portanto aqui não quero fazer justiça a ninguém, a minha maior preocupação em relação a toda a regularização daquele espaço, e aqui é uma nota negativa, que é uma preocupação que tenho, é que o movimento de terras faz-se de forma desmedida. É evidente que não é ao município que cabe esta tarefa, será com certeza à GNR, porque eu vejo passar sistematicamente os camiões sem cobertura, portanto, as poeiras são imensas, portanto passam por dentro da nossa cidade, é evidente que eles não podem ir pelo ar, eu percebo isso, mas se para os outros é assim, para estes senhor por quem eu tenho muito respeito, é um empresário de Rio maior e tem feito alguma coisa por este concelho e por esta cidade, só que devem-se é cumprir as normas e por último diria o seguinte, que pena tenho eu que quando cessou o fim da exploração de facto a câmara municipal não tivesse adquirido aquele espaço no sentido de realmente podermos fazer ali uma obra de requalificação e visível aos olhos de todos os riomaiorenses, isso é que eu tenho pena, agora ele está por e simplesmente a cumprir a lei, portanto ele está a aterrar e só tenho pena é que de 2007 a 2014, vão aqui sete anos, e ele já deveria ter sido obrigado à muito mais tempo, os legítimos proprietários a tomarem medidas em relação, portanto, a toda esta envolvência, porque era assim, que eu nunca mais me esquece, trabalhava na Beira Alta, concretamente na zona de Barco, Fundão, e nós fizemos aí uma sondagem, mexemos no taludo do terreno e o Estado, estavam a falar da Direção Geral, foi condenado porque tinha que repor, tinha que deixar igual, todo o taludo de degradou, a lei teve algumas pequenas alterações, naturalmente, mas ela visa, pura e simplesmente, a reposição quando se trata de uma exploração, a reposição do mesmo de forma correta. O que eu gostaria de ver ali era o areeiro verdadeiramente lindo, não vai ser possível, paciência. Mas deixo aqui uma pequena nota, eu sei que provavelmente não será possível, mas se calhar naquele espaço, em relação à avenida, seria o espaço para a curto, eu digo a curto prazo, a câmara municipal poder fazer uma candidatura no sentido de criar ali mais um espaço

desportivo, que a muito curto prazo fará falta ao nosso concelho, ou seja, mais um campo sintético, eventualmente. Muito obrigado.” -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- “Percebo perfeitamente a intervenção e o conteúdo mas penso que há aqui dois problemas. Independentemente da opinião que cada um possa ter acerca dos trabalhos que estão a ser feitos, ponto um, o que está a ser feito é ilegal, não há licença, não tem o devido licenciamento. Ponto dois, havendo propriedade privada neste país, pelo menos de acordo com a constituição a não ser que tivesse havido algum golpe de Estado esta noite a mesma está em vigor, portanto há propriedade privada. Penso que as pessoas que tanto se preocupam com o que está a acontecer, e a câmara, na parte de fiscalização, tem feito tudo o que é possível e impossível e volto a repetir: telefonemas, mails, contactos pessoais, etc., até há data nada resultou, isso que está a dizer que os carros não irem cobertos sinceramente também lamento e não só, eu próprio me cruzei com uma brigada da GNR local e um camião ía a passar o traço continuo como se o traço fosse descontínuo, mas tudo bem, as atitudes ficam para quem as tem, alguns já estão a fazer o transporte coberto, mas só alguns, mas continuam a passar o traço contínuo e penso que o Movimento Cívico Ar Puro, já que é um grande defensor, com toda a legitimidade que tem, das lagoas e como está preocupado com uma série de situações que elenquei, penso que era a entidade, já que a câmara não tem meios financeiros disponíveis a não ser que o quadro comunitário de apoio, o próximo, dê o euromilhões à câmara, porque é que eles não, com toda a boa vontade que têm, porque é que eles próprios não compram, não entram em negociação com o Senhor Fernando Lindo agora, ou não tinham já comprado desde 2007, ou compram agora. Eles também sugeriram à câmara uma providência cautelar, penso que sugerir é fácil, fazer é mais complicado e eles também podem avançar com ela, eles ou qualquer outro movimento. Penso que a câmara, na minha modesta opinião, tem feito o que é possível. Eu falei com a Senhora Presidente e falamos nós pelo menos nós maioria estamos disponíveis e penso que todos os colegas estão, para uma reunião com o Movimento Cívico Ar Puro onde haja um debate de ideias, não é um confronto, é um debate de ideias perfeitamente pacifico em que cada qual defende o seu ponto de vista e penso que nestas coisas quando se escreve o que se escreve, também temos que ter os pés bem assentes na terra para não dizermos asneiras, mas portanto o repto é, se assim o entendessem, todos nós estaríamos disponíveis para uma reunião com o Movimento Cívico Ar Puro.” -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- “ Eu acho que sim, que é importante, até para clarificar um conjunto de situações,

chamar o Movimento Ar Puro por várias questões: primeiro, o primeiro pedido de esclarecimento que foi pedido pelo Movimento Ar Puro foi-lhes dado resposta, pela mesma via, eles diziam que não queriam a resposta para eles, queriam um esclarecimento público à comunidade e à população, e vocês concordam certamente, que quem decide o momento e o quem deve dar os esclarecimentos ainda é o executivo municipal, este é que decide, não é o movimento que decide se a resposta deve ser do domínio público ou não, portanto não era caso para isso, simplesmente a câmara deu resposta às questões que foram colocadas e deu resposta para a a morada que eles têm no seu site, um apartado n.º 5, salvo o erro, embora depois tivessem dito que não tinham recebido, mas aí já começa a ser algo tendencioso. Isto por um lado, por outro lado, até para esclarecimento, acho que não vale a pena levantarmos lebres, problemas surgem todos os dias, não vale a pena estarmos à procura de problemas que eles estão aí todos os dias, portanto para que haja aqui um entendimento, ou seja, antes de colocar a questão à câmara e de aguardar pela resposta, as pessoas não são obrigadas a ter a informação toda, já está a colocar na comunicação social antes de a câmara responder e tem sido um procedimento, já foi assim nos últimos tempos, e esta reunião acho que devia servir principalmente para definir aqui a forma de comunicação e de articulação dos vários assuntos, explicando também ao Movimento Ar Puro que também eles não são os donos das questões ambientais do concelho, não são os donos de um conjunto de situações sensíveis que certamente que se resolvem em estreita colaboração e que o nosso concelho seja falado, quer na região quer no país, pelos bons e não pelos maus motivos.” -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- “Duas questões. A primeira relativamente à questão apontada pelo senhor Nuno Lucas. Obviamente que eu também estou na posição da Senhora Presidente, reservar-me para ver efetivamente a leitura correta da ata e do que foi aqui dito hoje, de qualquer forma parece-nos que se havia algumas hesitações do executivo naquilo que deve fazer ou do melhor caminho a seguir, hoje a pergunta que foi feita “o que é que impede a câmara de accionar a garantia bancária?” é esclarecedor. O que impede é a câmara ser proprietária do terreno. É só o que impede. Portanto a partir daqui as pessoas que não se queixem depois. Primeira situação. Segunda situação. Senhora Presidente, preocupa-me de facto o que foi aqui dito relativamente ao exercício de cidadania que qualquer munícipe tem de vir às reuniões de câmara e pôr questões ao executivo e não admito, Senhora Presidente, da minha formação democrática, que alguém seja questionado por funcionários sobre aquilo que aqui pôs e nisso, Senhora Presidente, os funcionários, como sabe, merecem-nos todo o respeito e tenho a maior

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 25 DE JULHO DE 2014

consideração por todos os funcionários, mas acho que a cultura de questionar munícipes sobre o exercício dos seus direitos não pode ser admitido por este executivo.” -----

ENCERRAMENTO -----

----- Quando eram doze horas, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS: _____